

“AUSTERIDADE SOCIALISTA” CONDENA O INTERIOR



Terminou no sábado, em Tondela, a iniciativa “Sentir Portugal em...” que levou o Presidente do PSD aos 24 concelhos de Viseu, o primeiro distrito onde Luís Montenegro conheceu no terreno as preocupações dos cidadãos, famílias, empresas, municípios e instituições. Este périplo confirmou o fracasso da governação no distrito de Viseu: na saúde, educação, infraestruturas, transportes, indústria, turismo, agricultura, floresta, património e cultura



pág. 11

PARLAMENTO

PSD APRESENTA PROPOSTAS PARA PROTEGER RENDIMENTOS DOS PENSIONISTAS

O PSD entregou, dia 19, na Assembleia da República, alterações ao diploma do Governo com o objetivo de evitar o corte permanente de mil milhões de euros no sistema de Segurança Social



pág. 12

LOCAIS

OLIVEIRA DE AZEMÉIS DELEGA COMPETÊNCIAS NAS ESCOLAS “SEM O DEVIDO APOIO”

O PSD de Oliveira de Azeméis acusou, dia 14, o executivo municipal de ter delegado competências nas escolas locais apenas 15 dias antes do arranque do ano letivo e “sem o devido apoio”



pág. 15

REGIONAIS

GOVERNO REGIONAL APOIA UNIVERSIDADE DOS AÇORES COM 800 MIL EUROS

O atual Governo dos Açores apoiou a academia com 500 e 650 mil euros em 2021 e 2022, respetivamente, manifestando a intenção de atingir os 950 mil euros no final da legislatura



EMÍLIA SANTOS
Diretora do "Povo Livre"

QUERIDO PROFESSOR,

Quantas vezes, durante os nossos tempos de escola, não sentimos a vontade de escrever uma carta ao nosso, ou à nossa, "querido/a professor/a"?

Tenho, como, creio, a esmagadora maioria das pessoas, excelentes memórias dos meus professores, desde os primeiros tempos na escola ao ensino superior. Alguns, reconheço, terão influenciado positivamente decisões que tomei.

Um professor é mais, muito mais, do que um profissional formado para partilhar com os alunos conhecimento académico e científico. É, sobretudo, se tiver vocação, um homem ou uma mulher que cultiva os valores que ajudam as novas gerações a afirmarem-se como cidadãos de pleno direito, pois proporcionam-nos experiências e vivências que vão muito para além do âmbito intelectual.

Infelizmente, este labor de valor incomensurável para uma sociedade democrática, livre e justa nem sempre é reconhecido pelos governantes, criando, assim, condições para uma erosão do prestígio social dos docentes, para a descredibilização da carreira, tornando esta profissão pouco atrativa para os atuais e para os eventuais futuros professores.

Em consequência, temos, de novo, um início de ano letivo com centenas de horários por preencher e alunos sem aulas. Um problema que foi apresentado, recentemente, como uma fatalidade e que se tem vindo a agravar, de ano para ano, especialmente sob a tutela de Tiago Brandão Rodrigues, um dos muitos erros de *casting* de António Costa, que demorou dois Governos Constitucionais a entender que não servia para a função.

E com tudo isto, quem fica penalizado? Desde logo, os alunos e as suas famílias, mas também, obviamente, a classe docente, abandonada à falta de condições das escolas, ao congelamento das progressões, à inoperância e falta de estratégia ministerial nos dois últimos Governos. E abandonada, também, à fraca e estafada representação sindical, na maior parte os casos mais preocupada em proteger os seus interesses próprios e a demarcar terreno ideológico, pouco se preocupando com os desafios complexos da sociedade contemporânea.

Apesar de tudo, há ainda profissionais que resistem, e que por isso devem ser apoiados. Mas quando falo em apoio, não me refiro a palmadinhas nas costas, ou aplausos circunstanciais. Urge tomar medidas que credibilizem esta e outras carreiras e que permitirão aos seus profissionais exercerem-nas de forma apaixonada, num quadro de sustentabilidade financeira que crie estabilidade a longo prazo.

Estamos num novo ano letivo de um novo Governo e um novo Ministro. Quero acreditar que o atual titular terá uma maior capacidade que o anterior para, efetivamente, se debruçar sobre os reais problemas da educação, começando por uma peça fundamental de todo o sistema, que são os professores.

A todos os professores resistentes, a todos os estudantes e demais pessoal cuja função está relacionada com a educação e o ensino deixo os meus votos de um excelente ano escolar.

"AUSTRERIA CONDENA



Terminou no sábado, em Tondela, a iniciativa "Sentir Portugal em..." que levou o Presidente do PSD aos 24 concelhos de Viseu, o primeiro distrito onde Luís Montenegro conheceu no terreno as preocupações dos cidadãos, famílias, empresas, municípios e instituições.

Ao longo de uma semana, o líder do PSD falou com as pessoas, ouviu empresários, comerciantes e agricultores, dialogou com associações académicas, IPSS e agentes culturais, reuniu com autarcas, instâncias institucionais e religiosas, tomou o pulso à região da Beira Alta, que, como o resto do país, padece dos mesmos erros e omissões da governação socialista.

Os fracassos do Governo agravam a vida das populações de Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e de Vouzela.

IDADE SOCIALISTA” O INTERIOR



desculpas sucessivas. (...) Muitos anúncios, muito *show off*, muito PowerPoint, mas todos esses investimentos ficaram cativados na austeridade socialista, que foi a marca socialista dos últimos sete anos em Portugal”, disse.

No sexto e último dia da iniciativa “Sentir Portugal em...”, Luís Montenegro começou por visitar a barragem de Fagilde, em Mangualde, onde apontou o dedo ao Governo por ter desistido do país, em particular do interior: “Estivemos ontem em Moimenta da Beira, e tínhamos estado em Armamar, em Arouca, em vários concelhos onde há investimentos engavetados nas secretárias dos membros do Governo há vários anos. (...) Aqui, em particular, nesta barragem de Fagilde, foram prometidas obras em 2017 que, cinco anos depois, estão por fazer. Isso penaliza, coloca em risco o abastecimento de água no município de Viseu, Nelas e Penalva de Castelo. (...) O desinvestimento que denunciámos nos últimos sete anos revela-se em coisas palpáveis, neste caso concreto da água, na possibilidade de podermos vir a ter problemas no abastecimento de água para consumo humano e, infelizmente, na circunstância da nossa economia, em particular a agricultura, não ter os meios de que precisava, em territórios muito castigados por adversidades, para poderem ter mais produção, serem mais competitivos, darem mais emprego e gerarem mais riqueza e evitar o despovoamento”.

O Presidente do PSD lamentou que Portugal tenha um Primeiro-Ministro que “está de braços caídos, sem ambição”, cinco meses depois de tomar posse. “Um Primeiro-Ministro que durante tantos anos se afirmava como um dos motores de transformação, de mudança da Europa, ia para a Europa com aquela voz forte de quem chegava e mudava e agora olha para a Europa e diz ‘A Europa não me deixa’. É muito pouquinho para um Primeiro-Ministro e um Governo”, acusou.

Este périplo confirmou que o distrito de Viseu merece outro rumo na saúde, educação, infraestruturas, transportes, indústria, turismo, agricultura, floresta, património e cultura.

Num ano de seca extrema e com consequências terríveis para a agricultura, o abastecimento elétrico e o fornecimento de água para consumo, Luís Montenegro criticou, no sábado, a “austeridade socialista”, que privou as populações de “investimentos pequenos à escala nacional, mas que são cruciais para que este território [o interior] não fique abandonado”. “Uma das conclusões que tiramos é que o desinvestimento dos últimos sete anos se revela em coisas concretas, na ausência de água, (...) na agricultura que não tem os meios que precisa. (...) As promessas não cumpridas, o adiamento sucessivo, com



PRESIDÊNCIA

Luís Montenegro criticou, uma vez mais, a resignação do Primeiro-Ministro perante a crise que estamos a viver e a incapacidade de tomar medidas mais robustas para minimizar o impacto dos aumentos dos preços, como a descida do IVA da eletricidade e do gás. “O Primeiro-Ministro está de braços caídos. Um Primeiro-Ministro que diz que não pode ir mais além do que foi, então já tem pouco para dar ao país. Tomou posse há pouco mais de cinco meses. Se cinco meses depois está de braços caídos, impotente e assume isso, então tem pouco para oferecer ao país”, disse.

Governo não confia nas autarquias locais

Luís Montenegro acusou o Executivo de ter “imposto” uma “mini-descentralização”, que “vem tarde”, “não ser-

ve o interesse público” nem atende às especialidades locais, porque “os territórios de baixa densidade não podem ter o mesmo tratamento que as áreas metropolitanas”.

O Presidente do PSD, que participava na sessão de encerramento do II Encontro Nacional de Autarcas do PSD, dia 16, em Castro Daire, defende que a palavra-chave é “confiança”, com “mais cooperação intermunicipal”, “valorização do estatuto dos autarcas” e “ajustamentos” da lei das finanças locais.

“O Governo não confia nas autarquias locais, essa é a diferença estrutural que há entre o PS e o PSD”, considera o líder social-democrata.

Na realidade, segundo o Presidente do PSD, “o Governo não está a transferir competências”, mas simplesmente

“a transferir tarefas” em setores como a saúde e a educação, de tal forma que até os autarcas socialistas estão descontentes com todo este processo. Exorta, por isso, os autarcas do PS a dizer “o que o pensam sobre o processo de descentralização e sobre a forma como o Governo trata as autarquias locais (...) e a dizer em voz alta aquilo que nos dizem em voz baixa quando nos encontram na rua”.

Perante uma plateia de autarcas eleitos pelo PSD – presidentes de Câmara, presidentes de Assembleias Municipais, presidentes de Juntas de Freguesia, membros dos executivos municipais, das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia – Luís Montenegro diz que “o Governo tem o dever moral de baixar o IVA dos combustíveis e o IVA da energia, em especial para as autarquias locais”.



Luís Montenegro conta com os autarcas social-democratas, um “exército grande e valioso”, para “reerguer o PSD, enquanto partido maioritário”, e isso “só é possível se construirmos uma relação de confiança e de proximidade de baixo para cima, contando com os nossos militantes, dirigentes e autarcas”.

Governo promete muito, mas faz pouco nas escolas

O Presidente do PSD, que esteve na manhã de sexta-feira, na abertura do ano escolar na EB23 em Cinfães, voltou a alertar para “a recuperação das aprendizagens” dos alunos durante a pandemia. “Há um programa de recuperação que já deveria estar implementado e cujos resultados já deveriam estar a ser conhecidos e aquilo que nos vão dizendo é que há muitos alunos que ainda não recuperaram desse prejuízo, e isso prejudica muito a igualdade de oportunidades”, acrescentou.

Luís Montenegro qualifica de “lamentável e reprovável que o Governo não tenha aprendido” com “o que aconteceu no ano passado e encontre soluções para esse problema”.

O líder do PSD manifestou igualmente preocupação pelas dificuldades das escolas com o ensino especial, exigindo que o Estado cumpra as suas responsabilidades financeiras. “Os alunos com necessidades especiais devem ter um apoio regular e não um adiamento nos apoios a que têm direito”, sublinhou.



Do ponto de vista das carreiras dos professores, o Presidente do PSD defende um modelo de carreira docente atrativo e assente no reforço da autonomia das escolas. “Alguma coisa tem de se fazer em Portugal, nomeadamente dando mais autonomia às escolas, e por essa via, chamar-se mais licenciados à atividade docente com formação pedagógica”, assinalou.

Outro dos problemas que o Presidente do PSD quer ver resolvido prende-se com “a transferência de responsabilidades do Governo para a administração local”, sem que o Estado transfira o envelope financeiro adequado.

Como resultado dessa política, é comum nas escolas, como na EB23 de Cinfães, a existência de um “rácio” insuficiente de assistentes operacionais para intervir em todos os estabelecimentos escolares (só em Cinfães são sete). “Tem de ser a autarquia a cobrir isso e é preciso saber se o Estado dá à autarquia os meios e não dá”, especificou.

Medidas para as empresas são um logro

Luís Montenegro considera um “logro” o pacote de medidas do Governo destinadas às empresas para fazer face ao aumento de preços da energia e aos custos de produção.

“Há, mais uma vez, um logro, porque dá-se a ideia de um montante que, afinal de contas, é consumido pelo crédito e não propriamente por ajudas diretas às empresas. E, do ponto de vista fiscal, ficou muito aquém. Defendemos uma baixa do IVA, da eletricidade e do gás. Creio que é insuficiente e os próprios empresários o têm dito”, afirmou.

Governo não cumpre a palavra dada e continua a esquecer a floresta

Em Vouzela, Luís Montenegro criticou a ausência de estratégia do Governo para a floresta, numa região onde sobressai a “capacidade empreendedora dos empresários” que conseguem fazer a diferença e contrariar o abandono do interior.





Para o Presidente do PSD, nem mesmo a tragédia dos incêndios de Pedrógão Grande, em 2017, serviu para tirar ilações sobre o que é preciso fazer para reforçar a coesão territorial e reconhecer a importância dos territórios de baixa densidade e o ordenamento do país. “Cinco anos volvidos, o Governo não cumpriu a palavra dada. Portugal deve olhar para a floresta e a política florestal como uma oportunidade de gerar atividade económica, de rentabilizar os nossos recursos naturais”, afirmou.

Luís Montenegro entende que o mais importante é que “o Governo não atrapalhe” e saiba apoiar “os negócios que geram emprego, riqueza e conseguem atrair e fixar pessoas”.

O líder do PSD sublinha que é preciso conciliar os “interesses ambientais” com os “económicos”, para evitar a repetição de “flagelos florestais com a dimensão” deste e dos anos anteriores.

Sobre a crise inflacionária, Luís Montenegro defende que o Governo tome “medidas efetivas que atribuam às empresas maior capacidade” para “obviar as dificuldades criadas”. “Vamos discutir hoje, no Parlamento, um projeto de resolução que, para além de medidas de apoio social para as famílias e aos pensionistas, propõem linhas de crédito para as instituições de solidariedade social e para as empresas. Tomámos essa iniciativa perante a passividade do Governo. Eu estou satisfeito que a iniciativa do Governo possa ter originado uma reação do Governo. Mais vale um Governo que venha a reboque do PSD do que um Governo que não decida. (...) Mas não devemos confundir: quem tem de governar é o Governo, não é a oposição”, disse.

A marca deste ano escolar é a falta de professores

Luís Montenegro lamenta que só arranquem na próxima semana as negociações entre o Governo e os sindicatos para alterar o modelo de contratação de professores, já com o ano letivo em curso.





“Se há marca que a abertura deste ano escolar já tem é, precisamente, a lacuna de preenchimento de lugares de professores e a circunstância de se repetir aquilo que foi altamente penalizador no ano passado para os nossos estudantes, que foi muitos deles não terem professores, inclusivamente o ano inteiro em muitas disciplinas”, referiu.

Questionado sobre a possibilidade de serem as escolas a contratarem os docentes, Luís Montenegro lembrou que “há muitos anos que o PSD defende maior autonomia das escolas” e “maior descentralização na área da educação”.

“Há muitos anos que o PS diz que nem uma coisa nem outra são prioritárias ou então, quando diz, faz uma coisa contrária àquilo que diz. Portanto, eu só posso, neste momento, anotar que também aí o Governo chega tarde e a más horas”, criticou.

O líder do PSD desafia, ainda, o Governo a cumprir a promessa da “recuperação dos prejuízos causadas” na comunidade escolar – crianças e jovens – pela pandemia de covid-19, durante “períodos em que não tiveram aulas ou que tiveram altamente condicionados”. “Essa recuperação não está feita. Há milhares e milhares de alunos em Portugal que ainda não conseguiram recuperar aquilo que perderam nessa ocasião e isso provoca desigualdade. Um partido social-democrata é, por natureza, um partido que está sempre com o foco na igualdade de oportunidades e um partido socialista também devia fazê-lo, mas, infelizmente, esquece-se muitas vezes”, apontou.

Um país com uma Saúde doente é um país pobre

Luís Montenegro criticou o Primeiro-Ministro pela incapacidade e falta de resultados na política de Saúde. “O Governo precisa de assumir o falhanço da sua estratégia

nos últimos anos, que culminou com dois ministros que saíram antes de terem condições para continuar”, afirmou.

O Presidente do PSD, que reuniu com a administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, na quarta-feira, 14 de setembro, considera que Portugal “fica mais pobre não só quando os salários são mais baixos, quando temos um rendimento per capita dos mais baixos da União Europeia, mas quando o Serviço Nacional de Saúde não responde às necessidades das populações ou quando o sistema de educação deixa alunos sem professores”.

Começando por elogiar a dedicação de todos os profissionais de Saúde, que é “o melhor que tem o SNS”, Luís Montenegro sublinha que, no domínio dos “mecanismos de gestão e dos resultados, as coisas estão francamente mal”. “A afirmação que revela arrogância política, para não dizer, teimosia do Primeiro-Ministro, segundo a qual a política é para continuar, não irá produzir melhores resultados do que aqueles que tivemos nos últimos anos”, disse.

Em Viseu, o exemplo concreto do fracasso socialista na Saúde é o sucessivo adiamento de investimentos tão indispensáveis para o Centro Hospitalar. “Há uma placa a anunciar o início de obras em 2017 e estamos em 2022, e isso não existe. Isto é o reflexo de anos de cativações, de desinvestimento nos serviços públicos, que tem sido uma marca do PS”, referiu.

De acordo com Luís Montenegro, acabam por ser as autarquias a assumir responsabilidades e a “colmatar insuficiências” da administração central no financiamento da Saúde e de outros setores de atividade.

NOVO CARTAZ DO PSD DENUNCIA AUSTERIDADE DO PS

The image shows a man in a white shirt looking down at an elderly woman with curly hair. The background is blurred. In the top right corner, there is a logo for 'PSD' and the text 'ACREDITAR LUIS MONTENEGRO 2026'. The main text is split into two columns. The left column has a pink background and contains the text 'AUSTERIDADE SOCIALISTA' and 'CORTE DE 1000 MILHÕES permanente nas pensões para o futuro'. The right column has an orange background and contains the text 'JUSTIÇA SOCIAL PSD' and 'NENHUM CORTE nas pensões para o futuro'.

AUSTERIDADE SOCIALISTA

CORTE DE 1000 MILHÕES
permanente nas pensões para o futuro

JUSTIÇA SOCIAL PSD

NENHUM CORTE
nas pensões para o futuro

O Partido Social Democrata lançou na semana passada um novo "outdoor" por todo o país sobre o corte permanente que os pensionistas irão sofrer com a proposta do Governo PS para as pensões.

A mensagem reforça a diferença de políticas e opções entre PSD e PS.

"Austeridade socialista: corte de mil milhões permanente nas pensões para o futuro", pode ler-se, em oposição à proposta do PSD.

O PSD reitera que com as medidas do Programa de Emergência Social não haverá "nenhum corte nas pensões para o futuro", em linha com a tradição de "justiça social" dos social-democratas.

Sob o "slogan" "Acreditar-Luís Montenegro 2026", este cartaz reproduz a voz dos portugueses, que já perceberam a habilidade de António Costa: afinal, haverá um corte nas pensões a partir de 2024 e com repercussão nas prestações para sempre.



AGENDA PRESIDENTE

QUINTA | 22 SETEMBRO
AÇORES - PONTA DELGADA

20h00: Luís Montenegro
estará no **1º Encontro
Interparlamentar do PSD
no Parlamento Europeu**

Grand Hotel Açores
Atlântico

PSD CRITICA “RUÍDO TÁTICO” DO PS **SOBRE LUCROS EXCESSIVOS NA ENERGIA**



O eurodeputado José Manuel Fernandes afirmou, dia 14, considera que o PSD tem “uma posição clara e coerente” sobre os lucros extraordinários das empresas do setor energético. “O PSD nesta matéria tem uma posição clara e coerente. Do lado do Governo, vemos um ruído tático e habilidoso. O ministro da Economia é a favor, o ministro das Finanças e o primeiro-ministro são contra, os eurodeputados do PS aqui também, é uma cacofonia”, disse o chefe da delegação social-democrata ao Parlamento Europeu, reagindo a um dos principais anúncios da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no seu discurso sobre o Estado da União, em Estrasburgo.

José Manuel Fernandes apontou que a posição coerente do PSD é admitir analisar a medida “se for a nível da UE”, mas “não quer é que isto signifique um custo acrescido para os cidadãos, neste caso para os portugueses, que não seja mais um imposto, que não haja mais um aproveitamento para se aumentarem impostos”.

“O importante em tudo isto é olhar-se para a energia e a fatura de cada pessoa no fim do mês deveria ser mais baixa, e aí a regulação do mercado é essencial”, comentou, sublinhando que é necessário aguardar pelo conteúdo preciso da medida.

“Nós estarmos a taxar lucros das empresas sem que isso tenha um retorno para as pessoas, pode ser um pretexto para mais impostos. E se olharmos para Portugal isso poderia ser uma desvantagem competitiva, porque nós já temos muito mais impostos na Energia do que os outros Estados-membros”, acrescentou.

Numa análise ao discurso proferido por Von der Leyen naquele que foi o terceiro “Estado da União” da dirigente alemã desde que preside ao executivo comunitário, José Manuel Fernandes considerou-o “pró-ativo, de uma verdadeira líder”, que está à frente de “uma Comissão Europeia que tem sido a solução”.



“A Comissão Europeia tem feito a parte dela, os Estados-membros nem sempre têm feito a sua parte. E se olharmos por exemplo para a Energia, é essencial projetos transfronteiriços, as interconexões. Sem ‘pipelines’ nunca teremos a redução da nossa dependência energética, ou seja, a nossa independência. E quem tem sido um entrave tem sido os governantes e nomeadamente o senhor [Presidente francês, Emmanuel] Macron, e aí é necessário atuar, não pode ser cada um a olhar para si próprio”, declarou.

COSTA, UM FALSO SOCIALISTA



Não é preciso sair de Altura, onde vivo, para se ver como o PS protege os grandes e prejudica os pequenos.

Havendo já um hipermercado, fizeram mais dois, o que deixou de rastos o pequeno comércio. O próprio Mercado de Altura está longe de ser o que era.

O que mais espanta nesta enorme injustiça e profunda desigualdade é que elas decorrem sob a égide de um Governo dito socialista, que, pelos vistos, já não é. Toda a orientação do PS tem sido no sentido de defender os ricos e ignorar os pobres. Ainda muito recentemente, opôs-se a um imposto sobre as grandes empresas.

As injeções de capital no Novo Banco – uma injeção no doente errado, disse eu na altura –, o ‘carinho’ com que trata toda a banca, o aumento miserável de dez euros para os reformados – com o IRS fica em seis ou sete euros, o bónus da meia pensão, medida meramente de propaganda, os salários de fome e as pensões de miséria que grassam no país são, entre outros, exemplos eloquentes do que afirmo. Com a minha parca reforma de 752 euros, paguei quase cem euros de IRS, fora mais de 400 que me retiveram na fonte, enquanto o imposto sobre as grandes fortunas nunca passou do papel. Um escândalo!

Costa é um falso socialista e nem sequer social-democrata é. Situa-se no campo liberal, mas como é travesti, liberais por liberais, que venham os verdadeiros, porque estes ao menos não enganam ninguém.

Razão teve o PCP em cortar com o PS. A tentação capitalista dos socialistas, com os ditames de Bruxelas, revelou-se inaceitável para Jerónimo de Sousa. O PS é mais capitalista ainda do que o PSD e menos reformista.

Face ao que foi exposto, ninguém acredita nem mesmo muitos socialistas, que o PS seja um partido de esquerda. Pelo contrário, a sua prática política é claramente de direita. Se me permitem a expressão, o PS vende gato por lebre. Estou certo de que, tarde ou cedo, pagará isso nas urnas. Com punição exemplar.

Simões Ilharco

Primeiro redator e fundador do “Povo Livre”

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD APRESENTA PROPOSTAS PARA PROTEGER RENDIMENTOS DOS PENSIONISTAS

O PSD entregou, dia 19, na Assembleia da República, alterações ao diploma do Governo com o objetivo de evitar o corte permanente de mil milhões de euros no sistema de Segurança Social.

O grupo parlamentar social-democrata pretende que seja alargado “aos pensionistas com rendimentos brutos até 37.800 euros” o apoio extraordinário de 125 euros que o Estado pretende pagar em outubro a cidadãos ativos com idênticos rendimentos.

Por outro lado, o PSD elimina o regime transitório de atualização de pensões proposto pelo Governo e repõe “o cumprimento do regime legal vigente em matéria de atualização de pensões”.

“Até 31 de dezembro de 2022, o Governo procede à atualização, para 2023, do valor das pensões atribuídas pelo sistema de segurança social, bem como das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, nos termos e condições da legislação em vigor”, refere a proposta.

Dessa forma, justificam os sociais-democratas na nota que acompanha as propostas de alteração, anula-se “o corte de 1000 milhões de euros imposto de forma permanente pelo Governo a partir de 2023”.

Desta forma, o PSD pretende assegurar o cumprimento do atual regime legal de atualização das pensões, evitando que o poder de compra dos pensionistas seja afetado pela atual conjuntura inflacionista.

PSD QUER ESTATUTO DO SNS NO PARLAMENTO PARA GARANTIR “DEBATE TRANSPARENTE”

O PSD pediu a apreciação parlamentar do decreto-lei do Governo que criou o estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS) por considerar que uma matéria tão estrutural exige “um debate público e transparente” na Assembleia da República.

A apreciação parlamentar permite aos deputados discutir, alterar e, no limite, anular um decreto-lei, diploma que é da responsabilidade do Governo e não passou pela votação na Assembleia da República.

“O PS parece que entende que, com maioria absoluta, tudo o que pode aprovar no Governo não deve sequer discutir com os partidos da oposição, pode fazer nos gabinetes do Governo, nas costas do povo”, criticou o vice-presidente da bancada do PSD Ricardo Baptista Leite.

Pelo contrário, o deputado social-democrata considerou que se justifica recorrer à apreciação parlamentar para garantir que um diploma que pode significar “uma mudança estrutural no SNS” seja discutido e tenha “uma votação clara” na Assembleia da República.

“É preciso garantir que o debate desta matéria estrutural seja feito de forma pública e transparente e, se possível, que consigamos alterar o rumo para uma visão que consiga corrigir graves problemas de gestão e de financiamento do SNS que a proposta do PS não resolve”, justificou.

Ricardo Baptista Leite deixou um apelo ao novo ministro da Saúde, Manuel Pizarro, que tomou posse no sábado, sucedendo a Marta Temido.

“Da parte do PSD, entendíamos mesmo que o novo ministro Manuel Pizarro, se quisesse demonstrar que estava disposto a ouvir os doentes, os partidos da oposição, voltaria atrás no estatuto aprovado à pressa pela sua antecessora e estaria disponível a aprovar um novo estatuto em linha com as necessidades do SNS”, apontou.

O deputado do PSD admitiu que, até ao momento, não houve quaisquer sinais nesse sentido, mas disse ainda ter



a esperança de que o Governo e o primeiro-ministro “possam mudar de visão”.

“Esperemos que com este debate entendam que é preciso mudar de política”, defendeu, considerando que o atual estatuto do SNS não responde “aos problemas dos doentes, à falta de médicos de família, às listas de espera, aos profissionais de saúde em fuga”.

No texto da apreciação parlamentar, o PSD considera que o atual estatuto do SNS constitui “uma fraude e uma oportunidade perdida”.

“Uma fraude porque procura veicular a ideia de que é com ‘este’ estatuto que os problemas do SNS vão finalmente ser resolvidos; uma oportunidade perdida porque não densifica uma estratégia nem adota um modelo que pudessem alterar o atual paradigma do SNS, o qual está e continua a estar manifestamente obsoleto”, refere.

Para os sociais-democratas, a estratégia deveria “assentar numa maior profissionalização da gestão do sistema, numa maior autonomia dos diversos graus de gestão nas

unidades de saúde, na adoção de formas inovadoras de colaboração entre o SNS e os setores privado e social, bem como numa efetiva valorização dos profissionais de saúde”.

“Cumpra também não esquecer que o próprio Presidente da República, promulgando embora o novo estatuto, considerou que o mesmo deixa por regulamentar ‘quase tudo o que é essencial’, pode ‘comprimir ou esvaziar a Direção Executiva’ e não alcança a conjugação dos poderes desta ‘com o [proclamado] objetivo da descentralização na Saúde”, referem.

Finalmente, apontam, “o novo Estatuto é claramente insuficiente na densificação das relações entre o SNS e os setores privado e social na área da saúde”.

O estatuto do SNS foi publicado em “Diário da República” no início de agosto depois de o Presidente da República o ter promulgado por considerar que “seria incompreensível” retardá-lo, mas instando o Governo a acelerar a sua regulamentação e a clarificar os pontos ambíguos, sob pena de se perder “uma oportunidade única”.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS DELEGA COMPETÊNCIAS NAS ESCOLAS “SEM O DEVIDO APOIO”

O PSD de Oliveira de Azeméis acusou, dia 14, o executivo socialista dessa autarquia do distrito de Aveiro de ter delegado competências nas escolas locais apenas 15 dias antes do arranque do ano letivo e “sem o devido apoio”.

O tema foi abordado em comunicado depois de as vereadoras social-democratas Joana Ferreira e Carla Rodrigues se terem reunido com os diretores de “todos os agrupamentos de escolas do concelho”, numa visita acompanhada pela deputada parlamentar Helga Correia e pelo presidente da concelhia do PSD, Nuno Pires.

“A maior preocupação dos diretores prende-se com a solução encontrada por este executivo municipal para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Em vez de assumir as suas responsabilidades, a Câmara forçou os agrupamentos a aceitarem uma delegação de competências a escassos 15 dias do início do ano letivo, passando a sua responsabilidade e competências para esses, sem o devido apoio, esclarecimento ou tempo de preparação”, defende o PSD em comunicado.

A estrutura social-democrata acrescenta que o executivo “faltou à verdade” quando questionado em reunião de Câmara sobre a instituição social escolhida para assegurar as AEC e argumenta que isso “levanta questões de transparência”.

Para os sociais-democratas, a situação põe em causa o “respeito pela livre concorrência e pelas regras da contratação pública”, já que “agora serão as direções dos agrupamentos a assumir mais esta responsabilidade e a suprir a incapacidade da Câmara em gerir a educação no concelho”.



O PSD alerta igualmente que a falta de assistentes operacionais “não está resolvida”, realçando que “os casos de reforma ou falecimento deveriam merecer substituição imediata e isso não acontece” e notando que é “no apoio a alunos com necessidades educativas especiais” que a carência desses profissionais “é mais sentida”.

Reversão de freguesias

PSD/MATOSINHOS ACUSA CÂMARA DE “ARDILOSO SILÊNCIO”

O PSD/Matosinhos defende a realização de um referendo local sobre a reversão das freguesias, acusando a presidente da câmara de pretender alterar os seus limites territoriais em “ardiloso silêncio”.

“Um referendo local sobre a vontade em proceder à reversão das freguesias e o assumir a vontade de alterar limites territoriais em Matosinhos é um modelo de boas práticas e transparência que a Câmara Municipal de Matosinhos tem o dever de seguir”, considerou o presidente da concelhia do PSD/Matosinhos, Bruno Pereira, dia 13.

O referendo pode ou não ter resultado vinculativo, sublinhou, acrescentando que o principal objetivo é “abrir a discussão” à população e perceber a sua vontade ou não em separar e alterar os limites das suas freguesias.

Bruno Pereira considerou que Matosinhos “nada aprendeu com o passado” porque parece não “querer ouvir as populações” sobre a desagregação das freguesias, tal como aconteceu na criação das uniões de freguesias.

Além disso, o social-democrata referiu que a autarquia, liderada pela socialista Luísa Salgueiro, também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), quer evitar diálogos com os partidos e com os cidadãos, sobretudo quando em cima da mesa pode estar a alteração de limites territoriais das freguesias.

“De facto, e a título exemplificativo, as habitações que se constroem nos terrenos da Petrogal/Galp [antiga refinaria] terão um valor de mercado maior se tais terrenos vierem a ser inseridos no território de Leça da Palmeira do que em terrenos da área territorial de Perafita. Mais, em face deste acréscimo de valor de mercado e da avaliação fiscal resulta, inequivocamente, o aumento do IMI [Imposto Municipal sobre Imóveis] a ser cobrado”, sublinhou.

O social-democrata recordou que, até ao momento, a única união de freguesias que manifestou vontade em avançar para a desagregação foi São Mamede de infesta e Senhora da Hora.

“Nesta união de freguesias um movimento de cidadãos apresentou uma proposta de desagregação, tendo a mesma sido votada favoravelmente por todas as forças políticas com exceção do PS que se absteve pelo facto de a proposta não ter vindo de si ou por esta não contemplar uma redução territorial da freguesia da Senhora da Hora”, frisou.

A Presidente da Câmara Municipal deveria pronunciar-se num prazo de 15 dias sobre esta reversão, mas “ainda não o fez e prefere um ardiloso silêncio”.

De acordo com a lei que prevê a reorganização do mapa administrativo, aprovada no dia 21 de dezembro de 2021, as freguesias podem desagregar-se nas mesmas condições em que foram agregadas em 2013. A desagregação tem de respeitar as condições em que as freguesias estavam agregadas anteriormente, “não podendo, em caso algum, dar origem a novas ou diferentes uniões de freguesias”. A reorganização administrativa territorial implicou, em Matosinhos, a redução de 10 para quatro uniões de freguesias.

4.000 UTENTES NÃO TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA EM VENDAS NOVAS

O PSD de Vendas Novas, no distrito de Évora, alertou para a falta de clínicos no centro de saúde local e a existência de “cerca de 4.000 utentes sem médico de família” no concelho.

Em comunicado, dia 16, a Comissão Política Concelhia de Vendas Novas do PSD indicou que faltam “dois médicos na Unidade de Saúde Familiar (USF)”, que funciona no centro de saúde, e que o concelho tem “cerca de 4.000 utentes sem médico de família”.

Contudo, assinalou, “os sistemas informáticos do SNS [Serviço Nacional de Saúde] não permitem identificar com rigor o número de utentes sem médico de família”, pois “os utentes esporádicos ou não frequentes são periodicamente apagados”.

O alerta dos sociais-democratas foi feito depois de uma visita ao centro de saúde realizada por um grupo de eleitos do PSD, que incluiu a deputada Sónia Ramos e o vereador na Câmara de Vendas Novas Ricardo Videira.

Segundo o PSD de Vendas Novas, na visita, a diretora executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central informou os eleitos de que será colocado um médico na USF e que outro poderá reforçar a equipa, mas a tempo parcial.

Considerando que estas medidas são insuficientes para atender as necessidades da população, o PSD de Vendas Novas salientou que “mantém grande preocupação com a prestação de cuidados de saúde” neste concelho alentejano.

“É um problema que se arrasta há demasiado tempo, com prejuízo direto para toda a população”, vincou.

O PSD defende que “é fundamental” o Governo criar “incentivos à fixação de médicos no interior do país”, sugerindo o aumento do número de vagas em zonas carenciadas ou a oferta de contratos com maior flexibilidade no número de horas de trabalho.

“Em paralelo, as câmaras municipais, da qual não podemos excluir a de Vendas Novas, cujo executivo é liderado há quase nove anos pelo Partido Socialista, devem ter papel pró-ativo na fixação de clínicos nos seus concelhos”, sublinhou.

Os municípios, acrescentaram os sociais-democratas, devem ajudar com a “oferta de apoios à respetiva deslocação e/ou alojamento, entre outras medidas já adotadas em concelhos que viveram situações semelhantes”.

CÂMARA DE COIMBRA QUER APROVEITAR CENTRO DE ARTE PARA **REQUALIFICAR TODA A ZONA**

O estudo para a nova localização do Centro de Arte Contemporânea de Coimbra propõe uma área de exposição quase cinco vezes superior e uma requalificação de todo o quarteirão, atribuindo uma vocação artística à Escola Jaime Cortesão.

O executivo da Câmara de Coimbra debateu, dia 19, o estudo prévio para o novo Centro de Arte Contemporânea de Coimbra, previamente pensado para a Manutenção Militar, apresentado pelo arquiteto João Mendes Ribeiro e que teve como ponto de partida trabalhos de alunos de mestrado de Arquitetura da Universidade de Coimbra em torno dos antigos edifícios do Mosteiro de Santa Cruz.

O projeto propõe a requalificação da área norte da rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, englobando na sua intervenção o edifício da PSP, a Escola Secundária Jaime Cortesão e os edifícios da Manutenção Militar.

O Centro de Arte Contemporânea ocuparia parte do edifício da PSP até à Escola Jaime Cortesão, que seria realocada para os edifícios da Manutenção Militar, atribuindo-lhe um programa dedicado ao ensino artístico, à semelhança de escolas como a António Arroio, em Lisboa, ou a Soares dos Reis, no Porto.

O projeto prevê ainda a construção de um elemento arquitetónico vertical para recordar a antiga Torre dos Sinos, demolida em 1935, um parque de esculturas e uma espécie de rua interna que permitisse uma comu-

nicção entre os vários edifícios, explicou João Mendes Ribeiro. O espaço expositivo, em comparação com o anterior projeto, passa de cerca de 700 metros quadrados para 3.200.

Para o arquiteto, a intervenção tornaria esta zona um “quarteirão dedicado às artes”, enquanto se requalificavam antigos edifícios do Mosteiro de Santa Cruz.

De acordo com João Mendes Ribeiro, o plano mais ambicioso dos três que apresentou teria um custo de cerca de 18 milhões de euros, com preços de 2020.

O projeto é uma proposta “ambiciosa” que daria “um outro valor à zona central da cidade”, afirmou na reunião o presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, eleito pela coligação “Juntos Somos Coimbra” (PSD/CDS-PP/Nós, Cidadãos!/PPM/Aliança/RiR e Volt).

Apesar de admitir que este é um projeto para “nem um, nem dois”, mas sim três mandatos, José Manuel Silva defendeu que “Coimbra merece um projeto desta dimensão”.

Segundo o autarca, este é um primeiro passo “de um longo trajeto de trabalho”, realçando a importância de dialogar agora com instituições como a PSP ou o Ministério da Educação, mas também com a Direção-Geral do Património Cultural, para assegurar que esta realocação não implica uma perda da coleção ex-BPN, que está na posse do município.

Ponta Delgada

MERCADO DA GRAÇA DEVE REABRIR ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2023

A Câmara Municipal de Ponta Delgada vai introduzir melhorias nas instalações provisórias do Mercado da Graça, que conta reabrir até agosto de 2023, mais cedo do que o previsto, avançou o autarca, em comunicado de imprensa.

“Estamos a trabalhar com toda a força e afincos para antecipar a abertura do Mercado da Graça e concretizar a solução que os comerciantes tanto anseiam”, afirmou o presidente do município, Pedro Nascimento Cabral, citado numa nota de imprensa.

O autarca reuniu-se na sexta-feira, dia 16, com os comerciantes do Mercado da Graça e adiantou que o município pretende reabrir o espaço “até 31 de agosto de 2023”, mais cedo do que o previsto.

No final de julho, a Câmara Municipal de Ponta Delgada suspendeu a obra de requalificação da cobertura do Mercado da Graça “por motivos de segurança”, devido à inexistência de projeto contra incêndios.

Desde outubro de 2020 que os produtores de hortícolas e frutícolas e lojas de artesanato têm os seus pontos de venda no parque de estacionamento, situado no piso -1, enquanto os comerciantes de peixe, carne e lojas comerciais continuam a trabalhar no piso 0 do mercado.

Até que as obras no mercado estejam concluídas, a autarquia vai “tomar algumas medidas para melhorar as condições para quem trabalha e visita” as instalações provisórias.

No piso -1, serão instaladas 44 ventoinhas de teto “para melhorar a ventilação”.

A autarquia vai colocar um sistema de parquímetro nas antigas instalações da RTP/Açores, para “promover a rotação do estacionamento existente”.

Será também “implementado um circuito de entrada pedonal, através do lado nascente do Mercado da Graça, para facilitar o acesso ao piso 0” e será “substituída a rampa existente na entrada norte/poente”.

Segundo Pedro Nascimento Cabral, as medidas anunciadas “foram bem acolhidas pelos comerciantes”, que decidiram “continuar a exercer a sua atividade comercial no mesmo local”.

A autarquia já tinha isentado os comerciantes do pagamento de taxas e licenças de utilização daquele espaço.

GOVERNO REGIONAL APOIA UNIVERSIDADE DOS AÇORES COM 800 MIL EUROS



O Governo Regional vai atribuir 800 mil euros à Universidade dos Açores (UAc) em 2023, avançou a reitora Susana Mira Leal, que reivindicou apoios para a contratação de médicos doutorados para a academia.

Em declarações aos jornalistas após uma reunião com o líder do executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM), na sede da Presidência em Ponta Delgada, a reitora da UAc disse ter a garantia de que vão ser inscritos 800 mil euros no Orçamento da região para 2023 para compensar a tripolaridade da academia açoriana.

“O compromisso do Governo Regional é o de aumentar o apoio 150 mil euros anualmente, até aos 950 mil euros em 2024. Portanto, no Plano de 2023 trata-se de uma inscrição de uma verba para fazer face os custos da tripolaridade na ordem dos 800 mil euros”, declarou.

Em 21 setembro de 2020, enquanto líder do PSD/Açores às eleições regionais daquele ano, Bolieiro defendeu um “compromisso de financiamento” à UAc, criticando o valor de 350 mil euros anuais que o Governo Regional do PS atribuía à universidade.

O atual Governo dos Açores, que tomou posse em novembro de 2020, apoiou a academia com 500 e 650 mil euros em 2021 e 2022, respetivamente, manifestando a intenção de aumentar anualmente o apoio em 150 mil euros até atingir os 950 mil euros no final da legislatura.

“As verbas nunca são suficientes, não só para fazer face ao funcionamento das instituições, como para alavancar os projetos das instituições. Agora, naturalmente,

o Governo Regional tem o seu orçamento e gere o seu orçamento conforme as suas condições”, considerou a reitora.

A Universidade dos Açores foi uma das instituições ouvidas pelo Presidente do Governo dos Açores no âmbito da elaboração da anteproposta de Plano e Orçamento da região para 2023.

JSD/Açores manifesta preocupação com a falta de alojamento estudantil

A JSD/Açores manifestou, dia 18, a sua preocupação face às recentes notícias sobre a escassez de alojamento estudantil para os alunos da Universidade dos Açores.

“Na semana em que foram conhecidas as colocações dos estudantes no Ensino Superior, voltam a sentir-se os problemas do costume”, adianta o líder daquela estrutura, Luís Raposo, lembrando que “foi o Governo da República, do Partido Socialista, que definiu como objetivo a duplicação do número de camas, ao abrigo do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, em 2018, o que, atualmente, pouco ou nada progrediu”.

Os dados mais recentes do Observatório do Alojamento Estudantil, publicados pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), no início de setembro, apontam que, no mercado privado, havia 1973 anúncios de quartos disponíveis para estudantes em todo o país, sendo que, em Ponta Delgada, apenas se registavam 14 anúncios.

Para Luís Raposo, “o atual problema do alojamento, vem-se arrastando há muito, e é por isso fundamental adotar medidas de apoio aos jovens estudantes”. Para tal, a JSD/Açores considera “fundamental que haja uma majoração à bolsa da DGES, de modo a fazer face aos custos com o alojamento”.

Recorde-se que a JSD/Açores vem manifestando, desde 2018, a sua preocupação face às dificuldades de alojamento para os estudantes e, “decorrido todo este tempo, o Governo da República peca pela sua inércia e falta de respostas aos jovens Açorianos”, disse Luís Raposo.

O jovem social-democrata acrescenta que “infelizmente, os alunos da Região, no caso da Universidade dos Açores, não têm apenas um problema com o alojamento estudantil, uma vez que continua por cumprir a promessa do governo de António Costa, e do ex-ministro Manuel Heitor, do reforço de verbas à Universidade dos Açores. Não se objetivando o cumprimento de tal promessa pelo atual executivo”, concluiu.



AUMENTO DO EMPREGO JOVEM NOS AÇORES DESMENTE CRÍTICAS DO PS



O deputado do PSD/Açores Flávio Soares afirmou que o aumento do emprego jovem na Região, com mais 2.500 jovens empregados em comparação com o último ano da governação socialista, comprova que as recentes críticas do PS à reformulação do Programa Estagiar são “infundadas”.

“A melhoria do Programa Estagiar levada a cabo pelo Governo Regional, no seguimento de uma iniciativa legislativa do PSD/Açores, está a revelar-se muito importante para criar mais emprego. Os números oficiais, relativos ao segundo trimestre de 2022, são indelmentáveis: Cerca de 35.800 jovens açorianos (até aos 34 anos) estão empregados, mais 2.500 em relação ao último ano da governação do Partido Socialista”, afirmou.

Segundo o parlamentar social-democrata, “os números positivos do emprego jovem nos Açores, no mandato do Governo da Coligação, mostram que as críticas do PS à reformulação do Programa Estagiar são infundadas”.

Para Flávio Soares, “o ano 2022 fica marcado pelo aumento do emprego na Região, existindo inclusivamente empresários que têm manifestado publicamente dificuldades de recrutamento, ou até mesmo, falta de mão de obra em determinados setores de atividade”.

Com o objetivo de ir ao encontro das necessidades do tecido empresarial privado, realçou o parlamentar social-democrata, “o Governo Regional dos Açores privilegiou os estágios nas entidades de natureza privada, empresas, cooperativas e entidades sem fins lucrativos, promovendo e incentivando o recrutamento e a integração dos jovens nos quadros das empresas”.

O deputado do PSD/Açores salientou que “são estas entidades de natureza privada que têm a obrigação de contratar 50% dos jovens que realizaram estágio, enquanto a administração pública está isenta desta obrigatoriedade, atendendo às exigências legais no processo de recrutamento de recursos humanos”.

“Só desta forma é possível promover a produtividade e o crescimento económico da Região e simultaneamente incentivar a integração dos jovens no mercado de trabalho”, advogou Flávio Soares.

O parlamentar social-democrata não hesita ao afirmar que “estamos perante uma mudança de paradigma. Não só o Governo Regional está a devolver ao Estagiar a sua verdadeira natureza, como a promover as condições para a integração dos jovens no mercado de trabalho através de medidas de apoio às empresas para a criação emprego, como os programas Contratar e Turis.Estável”, salvaguardou.

Refira-se que existem, neste momento, quatro programas de promoção do emprego jovem: ESTAGIAR L, ESTAGIAR T, ESTAGIAR U e ESTAGIAR +, este último criado pelo Governo da Coligação, tendo como destinatários jovens com qualificação igual ou superior ao nível III do Quadro Nacional de Qualificações.

Em 2022, foram introduzidas alterações aos programas, propostas pelo PSD/Açores, com “vista a corrigir injustiças constantes nos quadros de incentivo promovidos pela governação socialista”, realçou Flávio Soares, que destacou as medidas introduzidas como “a garantia de proteção social para todos os estagiários e período de candidaturas único”, concluiu.



PS “SEM AUTORIDADE POLÍTICA” PARA FALAR DE CUIDADOS DE SAÚDE NO FAIAL

Salomé Matos, deputada do PSD/Açores, afirmou que o Partido Socialista “não tem autoridade política” para falar dos cuidados de saúde na ilha do Faial, lembrando que a governação do PS “descuidou a passagem à reforma de vários médicos”.

“A última vez que a governação socialista abriu um concurso para a contratação de médicos para a Unidade de Saúde de Ilha do Faial foi em 2015. Ou seja, nos últimos cinco anos de governo, o Partido Socialista descuidou a passagem à reforma de vários médicos. O PS não tem autoridade política para falar dos cuidados de saúde no Faial”, disse.

A parlamentar social-democrata lamentou a “desfaçatez” das acusações dos deputados do PS sobre o número de médicos de Medicina Geral e Familiar no Faial, lembrando que “o problema já se colocava na governação socialista, sem que se tenha encontrado uma solução na devida altura”, salientou.

“Cinco anos sem abrir um concurso para a contratação de médicos de Medicina Geral e Familiar é bem revelador da negligência com que o Partido Socialista tratou a questão dos médicos que se se encontravam no limite da idade, nunca acautelando a sua substituição em devido tempo, com as implicações que isso tem na atualidade”, frisou.

Segundo a parlamentar social-democrata, “a exiguidade de profissionais médicos na área da Medicina Geral e Familiar não é nova, nem tão pouco foi esquecida pelo PSD/Açores, quer no passado, quer no presente, sem perder de vista o futuro”, salvaguardou.

Tanto assim é, que se assiste atualmente “a uma resposta crescente do Serviço Regional de Saúde nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo, que tão prejudicadas foram pelos governos do PS, que praticamente acabaram com a deslocação de médicos especialistas”, frisou Salomé Matos.

Paralelamente ao reforço dos meios humanos e financeiros, o Governo da Coligação – PSD, CDS/PP e PPM – “está também a capacitar o Serviço Regional de Saúde em meios técnicos e materiais”, realçou a parlamentar social-democrata.

Aliás, Salomé Matos acrescentou ainda que “é de lamentar que não tenham sido salvaguardadas as condições adequadas às necessidades das valências da Unidade de Saúde da Ilha do Faial, uma vez que a estrutura foi entregue pela governação socialista sem que estivesse devidamente equipada”.

A deputada do PSD/Açores destacou ainda o facto da Unidade de Saúde da Ilha do Faial ter sido a primeira da Região a ser certificada com nível “Nível Bom”, decorrente de uma avaliação externa realizada pelo Departamento da Qualidade em Saúde da Direção-Geral da Saúde.

A parlamentar social-democrata elogiou ainda o “esforço e dedicação de todos os profissionais de saúde da ilha do Faial”, quer da Unidade de Saúde, quer do Hospital da Horta.

POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolvivre@psd.pt



José Luis
Moreira da Silva

Semana da Justiça

Editorial

447 MIL PORTUGUESES!

8% da população portuguesa é directamente afectada pelo desemprego. 1 em cada 5 famílias portuguesas convive com o desemprego. 447 mil portugueses estão desempregados!

Desde os tempos em que o FMI fiscalizava Portugal, em que as empresas tinham salários em atraso, em que Portugal não estava na EU, em que a inflação tinha dois dígitos, enfim desde meados da década de 80 que Portugal não tinha uma taxa de desemprego de 8%!

Já lá vão 20 anos...e curiosamente o PS chefiava também o Governo, então com Mário Soares....

Pelos vistos PS é sinónimo de desemprego! Mas, quem leia os comunicados do Governo de Sócrates não se apercebe desta dura realidade. Mesmo quem leia o Diário da República passa alheio a toda esta calamidade social.

Nos comunicados do Governo só se pode ler sobre os milhões e milhões de investimento estrangeiro captados para Portugal. Milhões que só vêm, porém, à custa de impostos que lhes são perdoados e sem garantias de investimento duradouro. Afinal aquilo que é preciso dar para ganhar é a luta contra os países da Europa de Leste. Essas empresas estrangeiras não vêm aqui pelas excelentes qualificações dos nossos trabalhadores ou pelas excelências das nossas estruturas...

o da República dos últimos meses sobre convenções internacionais ratificadas ou aprovadas por outros países, tais como o Butão, o Congo... Nada, mas mesmo nada medidas especiais de combate ao desemprego, ou de incentivo ao emprego, como medidas activas de emprego que foram tomadas pelos Governos do PSD em situações de desemprego bem inferiores...

Sócrates nem uma palavra para os quase 447 mil portugueses desempregados! Portugal de Sócrates deve ser outro e como outro, principalmente, mais 447 mil portugueses, gostariam tanto de viver nesse Portugal de Sócrates.

O único, mas grande problema, é que parece que só Sócrates sabe onde se encontra esse seu Portugal!



Destaques

Marques Mendes
e protagonistas da Justiça

Pag 2

Parlamento

Pag 4

Opinião:
"Investir na Formação"

Pag 7

Edição n.º 1445 do "Povo Livre" | de 15 de fevereiro de 2006

Luís Marques Mendes, Presidente do PSD, começava a estudar e auscultar os grandes protagonistas do sistema judicial, para apoiar a ação que o PSD ia desenvolver neste setor.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo **dia 30 de setembro, (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00**, no Auditório em Vila do Carvalho, da União de Freguesias Cantar-Galo e Vila do Carvalho, no Centro Cívico de Vila do Carvalho, Covilhã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães para um plenário ordinário no **dia 10 de outubro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H30**, na Sede do PSD Guimarães, sita no Largo do Tournal nº 125, em Guimarães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo do artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes de Vila Nova de Gaia para a reunião ordinária da Assembleia de Secção, que terá lugar no **dia 3 de outubro (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00**, na Sede Concelhia, sita à rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

Nota: De acordo com o preceituado no nº 2 do artº 69º dos Estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros, os trabalhos iniciar-se-ão pelas 21H30.

NÚCLEOS

OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo **dia 22 de Outubro (Sábado) de 2022, pelas 15H00**, sita na Rua Diogo Botelho nº 75, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição para a Comissão Política do Núcleo Ocidental do Porto.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 15H00 e as 19H00. As listas candidatas deverão ser entregues na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 Porto, em envelope fechado, dirigido ao Presidente do Núcleo Ocidental do Porto, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO 2022

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo **dia 29 de setembro, quinta-feira, às 21H30**, no EPIC SANA Marquês Hotel, na Av. Fontes Pereira de Melo 8, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações.
2. Aprovação da alteração ao Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes.
3. Aprovação da alteração ao Regulamento do Conselho Estratégico Nacional (CEN).
4. Mandatar a Comissão Política Nacional para aprovar a eventual participação em coligações eleitorais de âmbito local.
5. Análise da Situação Política.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (ENJSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a primeira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no **dia 25 de setembro de 2022 (domingo), a partir das 15h00**, na Sede do PSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
- 3 – Outros assuntos.

I CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 56.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a primeira reunião ordinária do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no **dia 1 de outubro de 2022, pelas 15h00**, em local a designar no concelho de Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

II CONSELHO DISTRITAL SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém para reunião no próximo **dia 1 de outubro de 2022, pelas 10h30**, na Casa do Campino, sita no Largo Emílio Infante da Câmara, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros Assuntos.

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Arganil, para reunir no próximo **dia 22 de Outubro de 2022, pelas 15 horas**, na sede do PSD de Arganil, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos 3, 2º Esquerdo, 3300-035, Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos concelhios da JSD Arganil:

1. Comissão Política Concelhia
2. Mesa do Plenário Concelhio

As urnas estarão abertas das 15 às 17 horas.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem a substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Arganil, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos 3, 2º Esquerdo, 3300-035, Arganil.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Estarreja, para reunir no próximo **dia 1 de outubro de 2022 (sábado), pelas 11h30m**, em formato de videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de atividades;
- 2 – Análise da situação política no município de Estarreja;
- 3 – Economia e Inflação;
- 4 – Outros assuntos de interesse.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo **dia 3 de Outubro de 2022 (segunda-feira), às 21h00m**, na Sede do PSD/JSD da Maia sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, 4470-282 Cidade da Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política actual;
- 3 – Outros assuntos.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no **dia 03 de Outubro de 2022, pelas 21:00h**, no Largo Avião Lusitânia nº 15, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço da Atividade da CPC;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros Assuntos.

VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Viseu, para reunir no próximo **dia 2 de outubro 2022 (domingo), pelas 17:30**, na Sede do PPD/PSD e JSD Viseu que sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues Loja Nº 9, Edifício Vasco da Gama 3510-084 com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Outros assuntos.